

1 **Ata da Reunião Ordinária Remota do Conselho Municipal de Saúde de Campinas**
2 **realizada aos Vinte e Quatro Dias do Mês de Novembro do Ano de Dois Mil e Vinte e**
3 **Um.** Presentes os Conselheiros e as Conselheiras Municipais de Saúde, além de
4 convidados e convidadas, conforme lista de presença em anexo. Havendo quórum, **Sra.**
5 **Nayara Lúcia Soares Oliveira**, Presidenta do Conselho Municipal de Saúde, saúda os
6 presentes e inicia a reunião às dezoito horas e trinta minutos, e anuncia os seguintes itens
7 de pauta: **1) Entrada dos Conselheiros na plataforma e ajustes de acesso, caso**
8 **necessário; 2) Tribuna Livre; 3) Apresentação, Discussão e Votação da Resolução da**
9 **criação da Comissão Inter setorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**
10 **(CISTT) no Município de Campinas; 4) Apresentação e Discussão do PPA da Rede**
11 **Mario Gatti; 5) Apresentação, Discussão e Votação do Convênio Síndrome de Down;**
12 **6) Apresentação e Discussão da Avaliação dos Núcleos Ampliados de Saúde da**
13 **Família e Atenção Básica (NASF-AB): o olhar e a voz de seus trabalhadores; 7)**
14 **Informes.** **Sra. Suely** inicia a reunião saudando a todos as 18h30. Justificando a ausência
15 do **Mário.** **2) Tribuna Livre; Aberta as Inscrições: Sr. Renato Mei** faz a leitura da **MOÇÃO**
16 **DE APOIO À HOMEOPATIA NOS SERVIÇOS DO SUS CAMPINAS.** (Documento se
17 encontra arquivado no CMS), cujo trecho a seguir destaca: “Neste sentido, o Conselho
18 Municipal de Saúde de Campinas apoia a realização imediata de concurso público para
19 contratação de novos médicos homeopatas, repondo os que se aposentaram ou se
20 desligaram, mas também reforçando as equipes da Atenção Primária e Secundária em
21 Saúde, retomando o papel honroso de Campinas no cenário nacional em relação à
22 Homeopatia, sob pena de se perder e virar uma página esquecida da história da saúde de
23 nossa cidade.” **Sr. Mariante** faz a leitura da **NOTA DE APOIO AO PROCESSO**
24 **ELEITORAL DA LISTA TRIPLICE DA OUVIDORIA DE POLICIA**, cujo trecho a seguir se
25 destaca: “As Entidades de Defesa de Direitos Humanos, abaixo relacionadas, que em
26 conformidade com os artigos 4^a e 7^a do Regimento Interno do CONDEPE compõe o Colégio
27 de Entidades do referido Conselho e, que tem entre suas atribuições: apreciar as
28 deliberações sua diretoria executiva - acompanhamos todo processo eleitoral que originou
29 uma lista de tríplice de candidatos à Ouvidoria de Polícia. Por meio de reuniões, de leitura
30 atenta do Edital, das publicações das atas e inclusive com participação do evento teste da
31 plataforma utilizada pela Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania para a votação dos
32 conselheiros. Todo o processo foi marcado pela mais absoluta lisura e transparência. Neste
33 sentido **Referendamos O PROCESSO ELEITORAL DA FORMAÇÃO DA LISTA**
34 **TRIPLICE.** Solicitamos que sejam publicados todos os documentos da eleição para que o
35 processo siga conforme os tramites previsto.” (Documento se encontra arquivado no CMS).

36 **Sra. Maria de Lourdes (Deka)** faz a leitura do **COMUNICADO** da Comissão Permanente
37 de Fortalecimento dos Conselhos Locais de Saúde e Acompanhamento das Eleições, que
38 se refere à retomada dos processos eleitorais de conselhos em 2022, cujo conteúdo está
39 descrito a seguir: “Considerando: • Que mensalmente a Comissão Permanente de
40 Fortalecimento dos Conselhos Locais de Saúde (CLS) e Acompanhamento das Eleições
41 tem monitorado as informações sobre a Pandemia de Coronavírus (média móvel de casos e
42 óbitos, taxa de transmissão, taxa de ocupação leitos por COVID, cobertura vacinal e outras
43 informações pertinentes) a partir de fontes oficiais, contando com o apoio do coordenador da
44 Secretaria Executiva deste Conselho e médico sanitário Roberto Farias; • Que na reunião
45 de 12/08/2021 desta Comissão foi definido como critérios para monitoramento e condições
46 desejáveis para retomada das eleições de conselhos a manutenção sustentada da média
47 móvel semanal de 100 casos/dia e 1 óbito/dia, bem como alcançar 50% de vacinados da
48 população de Campinas com vacinação completa; • A situação atual da Pandemia de
49 Coronavírus em Campinas analisada na reunião da referida Comissão em 11/11/2021,
50 quando foi verificado que: o há uma melhora contínua na tendência de casos, óbitos,
51 vacinação e ocupação de leitos por Covid, em que pese não haver uma constante queda,
52 mas uma tendência de queda flutuante com melhora substancial; o foram alcançadas as
53 metas propostas em relação ao número de casos, de internações por Covid e a vacinação,
54 acreditando-se que até o final de novembro se alcance o previsto em termos de número de
55 óbitos; o as eleições poderão ser retomadas dentro do calendário previsto para o 1º
56 trimestre de 2022 num fluxo controlado de pessoas, isto é, com uso de máscara obrigatório,
57 distanciamento físico de 1m e realização em local aberto; O Conselho Municipal de Saúde
58 regulamentado pela Lei Nº 13.230 de 21 de Dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial
59 do Município em 22 de Dezembro de 2007, por sua Presidenta infra-assinada, de acordo
60 com suas atribuições. COMUNICA que: Todas as eleições de Conselhos Locais de Saúde
61 (CLS) e Distritais de Saúde agendadas e previstas para serem realizadas estarão
62 suspensas até que as respectivas Comissões Eleitorais dos 05(cinco) Conselhos Distritais
63 de Saúde realizem seu planejamento de modo a viabilizar de maneira organizada e
64 legalmente conduzida à retomada das eleições no prazo estipulado neste comunicado.”
65 (Documento se encontra arquivado no CMS). **Sra. Lourdes** faz um breve relato sobre o
66 grupo de trabalho (GT) saúde da mulher para justificar e solicitar que o GT seja homologado
67 como Comissão Permanente da Saúde da Mulher deste Conselho. Esta Comissão
68 Permanente tem como finalidade aprofundar as discussões pertinentes aos temas
69 relacionados à Saúde da Mulher, auxiliando na construção de pareceres técnicos e
70 fortalecendo a formação de conselheiros. Atualmente ela é formada por convidadas (os),

71 técnicas (os) na área de saúde e direitos da mulher, movimentos sociais e conselheiros
72 municipais, cujos integrantes são: Carolina Cavazza (Conselho Municipal Direitos da
73 Mulher), Cleusa Aparecida da Silva (ativista feminismo negro contemporâneo), Geraldo
74 Massarani Cestarioli (representante usuário), Guida Calixto (vereadora municipal), Isabel
75 Graciano (educadora Sabedoria Menstrual), Lourdes Soares Meneses (representante
76 usuária - convidada), Luciana Utsoymia (medica sanitaria e ativista Fórum Humanização
77 do Parto), Pauliany Maia (ativista feminismo e saúde sexual e reprodutiva), Sandrina Kelem
78 (representante gestora), Sonia Hipólita Kawasaki (representante usuária e Conselho
79 Municipal Direitos da Mulher) (**articuladora da Comissão**), Thaís Cremasco (advogada e
80 ativista Mulheres pela Justiça), Vera Faria (Conselho Municipal Direitos da Mulher). **Sr.**
81 **Valdir** relata sobre o atendimento do CS Anchieta onde há um boato da retirada, do
82 atendimento da pediatria, da ginecologia etc dos centros de saúde. E pergunta com a
83 retirada a quem eles vão atender? Soube também que Cs Vila Rica está realizando um.
84 Abaixo assinado contra a retirada do mesmo para ser transferido para o bairro da Cidade
85 Jardim. E cobra sobre as informações do Covid 19 onde saiu às informações do site da
86 SMS, inclusive por raça, cor e gênero. **Sra. Suely** relembra o comunicado das Interpretes de
87 Libras, as Sras. Anete e Andressa, em que cumprimentam a todos e pedem por gentileza
88 que todos em suas contribuições, mesmo entendendo que existe um limite de tempo,
89 possam ler e falar um pouco mais devagar. E os demais com o áudio fechado para que
90 possam escutar com clareza e fazer a interpretação! **Sra. Nayara** saúda a reunião e as
91 interpretes de libras. E fala da necessidade de realizar uma reunião extraordinária no dia
92 01/12/2021 - **AUDIÊNCIA PÚBLICA sobre REGIMENTO da 3ª Conferência de Saúde**
93 **Mental de Campinas**. Junto com a convocatória para essa reunião, foi também enviado
94 convite para que os conselheiros municipais se inscrevam para as Pré Conferencias
95 Distritais, pois é requisito necessário para participar da conferencia em sua etapa municipal,
96 lembrando que a participação nesta etapa será permitida somente a delegados(as) e alguns
97 convidados(as). **Sr. Lúcio** relata que tem acompanhado a demanda do Cs Vila Rica, onde
98 uma parte concorda com a mudança para o bairro de Cidade Jardim. E como a construção é
99 bastante antiga e também por falta de local apropriado no bairro. Que no próximo pleno a
100 Comissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Reformas na Saúde
101 do Conselho Municipal de Saúde, apresentará um relatório sobre as obras e a situação das
102 autoclaves. Também manifesta solidariedade à ocupação Marielle Vive onde moram mais
103 de 450 famílias na Fazenda Eldorado no Município de Valinhos desde 14.04.2018, onde
104 produzem alimentos para as famílias. E finaliza dizendo: Que o uso da terra, todos tem o
105 direito tanto para moradia como para produção de alimento para todos e criação de animais.

106 E fora disso é mera especulação imobiliária. **Sra. Sonia** solicita que a SMS se manifeste
107 explicando por que a realocação de pessoas do Cs São Cristóvão para o Cs Dic. 6, sem
108 nenhum aviso prévio e questiona se está sendo pontual e não territorial, é preciso colocar
109 para a Sociedade Civil. Tem que conversar e explicar para o povo. **Sra. Maria Helena** relata
110 sobre a Poli I onde 700 usuários ostomizados precisam passar pela Proctologia, para
111 recebam as bolsas do Ministério da Saúde. Acontece que o profissional aposentou e parece
112 que na rede não existe esse profissional. E a coordenação da Poli tem pedido apoio ao
113 urologista para continuar a assinar os papeis para que os usuários não sejam penalizados
114 nas suas demandas. Também diz que a enfermeira que é a responsável ira se aposentar
115 em dezembro. Solicita que a SMS tome providencia continuar dando assistência necessária
116 aos usuários. **Sr. Roberto** realiza a **verificação de Quórum** onde constam: 15 usuários
117 titulares. 05 usuários suplentes. 04 trabalhadores titulares. 09 gestores titulares e 02
118 gestores suplentes. Total **35 conselheiros presentes**, com 04 suplentes em condição de
119 votar. **Sra. Suely** submete a **MOÇÃO DE APOIO À HOMEOPATIA NOS SERVIÇOS DO**
120 **SUS CAMPINAS**. Apresentada pelo Sr. Renato Mei e pergunta se há algum conselheiro
121 contrario que seja votada por aclamação, não havendo nenhum contrario, fica **APROVADA**
122 por Aclamação e Unanimidade a Moção. Em seguida submete ao Pleno a **NOTA DE APOIO**
123 **AO PROCESSO ELEITORAL DA LISTA TRIPLICE DA OUVIDORIA DE POLICIA**
124 apresentada pelo Sr. Mariante e pergunta se há algum conselheiro contrario que seja votada
125 por aclamação, não havendo nenhum contrario, fica **APROVADA** por Aclamação e
126 Unanimidade a Nota de Apoio. Reforça que a gestão se posicione sobre o questionamento
127 da Sra. Sonia. **Sra. Erika** diz que não tem resposta e pergunta ao **Sr. Augusto** que esta em
128 contato com a **Sra. Deise**, não obtendo resposta se compromete a trazer futuramente. Em
129 relação ao questionamento realizados pelo Sr. Valdir. **Sr. Augusto diz** que é realocamento
130 para as equipes NASFs. Em relação a demanda da Sra. Lourdes. **Sra. Erika** faz um contra
131 Ponto, propondo que seja feito uma discussão ampliada para melhor organização pois não
132 se consegue participar de varias comissões. Inviabilizando a participação da gestão em
133 número tão grande de comissões. **Sra. Suely** encaminha a Votação onde a proposto da
134 Lourdes é **Sim** e o proposto da Erika é **Não**. **Sr. Roberto** refaz o encaminhamento propondo
135 que se vote: 1- proposta de transformar o GT em comissão permanente 2 - proposta de
136 adiar a discussão para levar para Executiva. A **Sra. Lourdes** discorda pois diz que o GT já
137 está em pleno funcionamento com varias atividades que foram e esta sendo realizada. Em
138 **Regime de Votação** com 17 votos Na Proposta Nº 1, 07 votos Na Proposta Nº 2 e 02
139 Abstenções fica **APROVADA** a proposta Nº 1. **3) Apresentação, Discussão e Votação da**
140 **Resolução da criação da Comissão Inter setorial de Saúde do Trabalhador e da**

141 **Trabalhadora (CISTT) no Município de Campinas.** Apresentação do **Sr. Marcos Perez** do
142 trecho a seguir, uma vez que todos os “Considerando” foram apresentados na reunião
143 anterior: “O Conselho Municipal de Saúde de Campinas, por meio de deliberação da sua
144 plenária realizada em 24/11/2021, resolve instituir a **Comissão Inter setorial em Saúde do**
145 **Trabalhador e da Trabalhadora – CISTT** no Município de Campinas, observadas as
146 atribuições dispostas na Resolução CNS 493, de 07 de novembro de 2013, respeitando as
147 atribuições do Conselho Local de Saúde do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
148 de Campinas – CEREST contidas na Lei Municipal nº 6.547 de 02 de junho de 1991, a qual
149 terá as seguintes atribuições: Apoiar o Conselho Municipal de Saúde de Campinas no
150 acompanhamento da formulação e da execução das políticas públicas voltadas à saúde do
151 trabalhador e da trabalhadora no Município de Campinas, assim como a execução das
152 ações em saúde do trabalhador e da trabalhadora; Apoiar o Conselho Local de Saúde do
153 CEREST de Campinas, no acompanhamento e fiscalização dos serviços e ações realizados
154 pelo CEREST, bem como na elaboração do respectivo Plano de Trabalho; Articular políticas
155 e programas de interesse para a saúde do trabalhador e da trabalhadora cuja execução
156 envolva áreas compreendidas e não compreendidas no âmbito do SUS; Propor às
157 instituições e entidades envolvidas que, no âmbito de suas competências, atuem no sentido
158 de eliminar ou reduzir os riscos à saúde do trabalhador e da trabalhadora; Propor e
159 acompanhar a implantação de medidas que objetivem a melhoria dos serviços de saúde do
160 trabalhador e da trabalhadora públicos e privados; Promover a integração das diversas
161 instâncias envolvidas nas ações em saúde do trabalhador e da trabalhadora em torno de um
162 projeto comum, visando à efetivação dos princípios do SUS; Avaliar/analisar os projetos e
163 plano de saúde apresentados pela Secretaria de Saúde, focando nas ações relacionadas à
164 saúde do trabalhador e da trabalhadora, recomendando ao pleno do conselho de saúde
165 Alterações, complementações que se fizerem necessárias, bem como sua aprovação ou
166 rejeição; Acompanhar a implantação/implementação dos projetos e planos de saúde,
167 recomendando ao Conselho Municipal de Saúde que fiscalize e tome as providências
168 cabíveis caso verifique questões que não estejam de acordo com o aprovado; Contribuir
169 para a promoção da Sensibilização e Educação Permanente dos gestores/prestadores (as),
170 trabalhadores (as) e usuários (as) do SUS sobre a importância da discussão sobre saúde do
171 trabalhador e da trabalhadora; e Contribuir para dar conhecimento à sociedade em geral da
172 legislação em Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora não só do SUS. **COMPOSIÇÃO** - A
173 CISTT será composta por dois (duas) membros do Conselho Municipal de Saúde de
174 Campinas – CMS, por dois (duas) membros do Conselho Local de Saúde do CEREST, por
175 quatro representantes de Centrais Sindicais representativas dos trabalhadores e das

176 trabalhadoras, por dois (duas) representantes de universidades, por um (uma) integrante da
177 Comissão Permanente em Defesa dos (as) Trabalhadores (as) do SUS de Campinas do
178 CMS, por um (uma) representante do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS, por
179 um (uma) representante do Departamento de Vigilância em Saúde da Secretaria Municipal
180 de Saúde, por um (uma) representante de associação ligada à saúde do trabalhador e da
181 trabalhadora vitimados (as) ou expostos (as) nas relações e ambientes de trabalho, e por
182 um (uma) representante de movimentos sociais que atue na saúde do trabalhador e da
183 trabalhadora vitimados (as) ou expostos (as) nas relações e ambientes de trabalho, de modo
184 a atender e permitir uma composição representativa. **ESCOLHA** - A escolha dos membros
185 se dará por meio de processo transparente e democrático, viabilizado a partir de ampla
186 divulgação prévia do período e meios de inscrição equanimemente assegurados às
187 entidades representativas, associações e movimentos referidos anteriormente na
188 composição da CISTT, que indicarão os representantes do subsegmento por votação ou por
189 consenso, tendo sua posse garantida pelo Conselho Municipal de Saúde, referendada por
190 aprovação de seu pleno. Caberá a Comissão Inter setorial de Saúde de Trabalhador e da
191 Trabalhadora enviar o parecer oriundo de suas discussões para apreciação do CMS. **Sra.**
192 **Nayara Oliveira** esclarece que essa minuta foi discutida em um seminário de saúde do
193 trabalhador no dia 14 de setembro de 2021, com vários segmentos representados. Houve
194 muitos debates em torno dela para se chegar nesse documento. **Sr. Lúcio** vê esse como
195 assunto muito relevante, quando se fala em saúde do trabalhador, pois hoje não se fala
196 mais em acidente de trabalho que hoje basicamente realizado pela assistência social, tão
197 escasso na rede de saúde. Diz que aprova e parabeniza pela sua criação. **Sra. Andrea Von**
198 **Zuben** relata que o CEREST faz parte do DEVISA e acha importante a criação da CISTT,
199 que já existe em nível nacional e agora Campinas terá sua comissão. Ela tem que caminhar
200 junto com o conselho local de saúde do CEREST que hoje se encontra um pouco
201 enfraquecido. Por vários motivos como a pandemia. E vê também as dificuldades com mais
202 essa comissão para que não acabe enfraquecendo os espaços existentes. Apesar de a
203 CISTT ser uma política pública. Até que ponto quando a gestão não consegue atuar isso
204 não enfraquece as políticas? E solicita que o CLS do CEREST se integre para fortalecer a
205 CISTT. **Sr. Cesar** pergunta se o CEREST que abrange os municípios vizinhos, como fica
206 com a CISTT, vai ter sede própria? E como vão agir nas empresas em relação às doenças
207 ocupacionais? **Sra. Nayara** esclareceu que todo o processo foi realizado em consonância
208 com o CLS do CEREST e que não existe nenhuma contraposição, pois o Marco Perez, que
209 é conselheiro local do CEREST, está à frente dessa construção, como também o
210 conselheiro Élcio Braz do CLS do CEREST, conjuntamente com o Ministério Público do

211 Trabalho. Ressalta que a discussão vem desde 2015, e só agora conseguimos pautar no
212 CMS. É uma comissão interinstitucional. Podemos agendar as reuniões no próprio CEREST.
213 Posteriormente divulgaremos o processo para sua composição. **Sr. Marco Perez** reforça o
214 panorama do Brasil em relação aos acidentes de trabalho e diz que em menos de um
215 minuto há ocorrência de acidente de trabalho na economia formal que é menos de 40% da
216 população. O Brasil ainda tem herança escravagista, não se estabelecendo nexos causais,
217 quando acaba sendo considerada doença comum e não acidente de trabalho. Campinas
218 tem um diferencial. Concorde com a Andrea que é pouca gente para fazer muita coisa, mas
219 é uma área escondida debaixo do tapete, que precisa ser priorizada. O CLS do CEREST foi
220 criado antes do SUS em 1986. Por isso é chamado de conselho gestor. Relata essa
221 experiência muito singular, pois quando do seu ingresso no serviço público teve uma
222 entrevista com os sindicalistas que compunham o CLS na época. Esclarece ao Sr. Cesar
223 que a CISTT não pode fazer vigilância no trabalho, que este é papel da Vigilância em
224 Saúde. Em **Regime de Votação** por aclamação fica **APROVADA** por unanimidade a
225 CISTT. **4) Apresentação e Discussão do PPA da Rede Mario Gatti; Apresentação do Sr.**
226 **Fábio Ribeiro Diretor Financeiro da HMMG** PPA REDE MÁRIO GATTI BREVE RESUMO
227 DOS PROGRAMAS PLANO PLURIANUAL Compõe LOA com valor • Manutenção Atual •
228 Mario Gattinho • UPA Campo Grande • Reformas AVCB Linhas abertas sob a intenção de
229 fazer • UPA LESTE, UPA São José, N. SAMU • HMMG – Ambulatório, Internação, OS adulto
230 • CHOV – Psiquiátrica, P.S.A, Ambulatório. • Rede – Oficina, Engenharia Clínica • Concurso
231 Público • Equipamentos – Unidades, Almoxarifado e parque Tecnológico CÁLCULO LOA A.
232 Manutenção dos serviços prestados – baseado na LOA 2021 com reajuste de 6% e
233 Renovação dos Recursos referentes ao Convênio 01. B. Custeio do Mário Gattinho C.
234 Projeto da UPA Campo Grande D. AVCB unidades rede A (260 + 79) + B(36) + C(20) +
235 D(11) = (316+79) = 395 INDICADORES • Índice de Satisfação do paciente: indicador
236 levantado pelo departamento de humanização, considerando questionários realizados com
237 os pacientes. • Indicador de Produção: considera o % de realização da produção frente às
238 metas propostas na FPO, levantamento junto ao faturamento. •40%
239 $(p_{HMMG}/fpo_{HMMG})+40\%(p_{CHOV}/fpo_{CHOV})+20\%(p_{PreHosp}/fpo_{PreHosp})$.
240 **Abertas as Inscrições: Sra. Nayara** resgata que foi incluído este ponto de pauta solicitado
241 no pleno, isto é, a apresentada destacada do PPA do HMMG, confirmando o que vimos
242 falando sobre existirem hoje duas secretarias de saúde, sendo uma a RMG, pois não
243 constava no PPA da SMS, dessa forma o pleno toma ciência. **Sr. Roberto** diz que é
244 verdade que todos os Planos e LOA, quem aprova é o legislativo. O PPA é da prefeitura,
245 mas no SUS, nas suas leis orgânicas e nas decisões de conferências municipais deve sim

246 ser discutidos no CMS. E o PPA da Rede Mário Gatti não constava no PPA da SMS. Está
247 descolado da SMS. Por isso é importante sua apresentação no conselho para evidenciar o
248 duplo comando na saúde de Campinas. **Sra. Andrea** fala do duplo comando que já esteve
249 bem instituído e mais forte, mas houve mudança nesse conceito com a nova gestão. Como
250 exemplo o Dr. Lair e Dr. Sergio conversam e a Rede Mário Gatti faz parte das reuniões
251 quinzenais da gestão da SMS. Hoje com a era digital o grupo de zap formado é um só, com
252 integração e subordinação, pois há uma secretaria única. Houve uma mudança e estamos
253 querendo acertar conjuntamente. **Sr. Erculano** fala sobre a terceirização do PS Campo
254 grande, e pergunta se vai terceirizar o restante? Se haverá concurso publico? **Sra. Erika**
255 reforça a RMG sempre foi administração indireta, pois tem orçamento apartado, portanto
256 com um PPA específico. Mas isso não configura duas secretarias. Temos uma
257 demonstração clara de onde serão gastos os recursos. Pois a autarquia faz parte do sistema
258 publico. São construídos através de um plano de trabalho num rol de metas juntamente com
259 secretaria para melhor atender a população. É construído através de indicadores. **Sr.**
260 **Roberto** diz que há um equivoco quando a Erika diz que o PPA é uma peça dura. Podemos
261 fazer um PPA que seja de fácil entendimento para os conselheiros acompanharem. O
262 HMMG só em dois momentos esteve em subordinação à Secretaria que foi na gestão do
263 Gastão e da Carminha. No momento que o Mário Gatti foi incorporado na criação da Rede,
264 foi acentuada essa divisão. Tudo tem que ser amarrado. **Sra. Erika** não tem como não
265 dialogar com o Roberto, ressaltando que em nenhum momento falou que o PPA não dialoga
266 com Plano Municipal de Saúde. São documentos completamente distintos como o Moacir e
267 Jorge trouxeram de uma forma mais clara. E desafia que na época do Gastão não tinha um
268 PPA apartado. Não queremos mascarar qualquer informação. No caso do PPA não
269 desmembrada como no Plano Municipal de Saúde. **Sr. Valdir (som inaudível)** Relata que
270 não acredita que a UPA Campo Grande será terceirizada somente por um ano. Que a Rede
271 Mário Gatti tem verba própria. E não dá pra comparar com a EMDEC. Que essa discussão
272 tem que ser feita no conselho local de saúde. **Sr. Fábio** responde e pede desculpa por ter
273 sido mal interpretado na sua fala. E diz que as PDC do Mario Gatti e da RMG tem que
274 serem apresentadas juntas, pois é uma peça orçamentaria e financeira com metas
275 quantitativas. Existe uma diferença o PPA é formado unicamente para a assistência da
276 população e a RMG não recebe e nem toma nenhuma decisão sem passar pelo FMS e
277 SMS. Sempre achou que deveria ser apresentado juntamente com secretaria. A RMG esta
278 subordinada à secretaria da saúde. Quanto ao concurso está no planejamento. Já existe o
279 levantamento do numero de vagas inclusive para o Ouro Verde. É dura essa discussão por
280 que é muito técnica, quando liga o financeiro as metas de assistência. É se propõe a

281 explicar a peça para os conselheiros. **Sra. Suely encaminha a Prorrogação da Reunião**
282 **por mais 30 mim** e pergunta se há algum conselheiro contrario que seja votada por
283 aclamação, não havendo nenhum contrario, fica **APROVADA** por Aclamação e
284 Unanimidade a prorrogação. **5) Apresentação, Discussão e Votação do Convênio**
285 **Síndrome de Down.** Apresentação da **Sra. Paula Reale** pelo DGDO. **Proposta de**
286 **Renovação do Convênio - Fundação Síndrome de Down – FSD. PMC. 2020.00052565-**
287 **70 Vigência: 18 meses a partir de 29/11/2021 FSD** - Instituição de interesse público sem
288 fins lucrativos. Fundada em 05/02/1985 (36 anos). Localizada à Rua José Antônio Marinho,
289 430 Barão Geraldo. Equipe Técnica – Psicóloga, TO, fisio, assistente social, fono,
290 psicopedagogo e arte-terapeuta Finalidade Estatutária – Art. 2. I - Atividades promotoras da
291 saúde integral da pessoa com síndrome de Down e deficiência intelectual, cujos direitos
292 fundamentais à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar e
293 comunitária, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à profissionalização e à proteção
294 no trabalho devem ser garantidos; VI - Promoção de cursos, seminários, congressos,
295 conferências e palestras de informação técnico-científica e pedagógica e divulgação dos
296 resultados obtidos; Objeto Promover assistência Integral à Saúde das pessoas com
297 síndrome de Down e/ ou deficiência intelectual do Município de Campinas, promovendo o
298 desenvolvimento global dessas pessoas, e atuar como agente transformador para que a
299 sociedade respeite e incorpore a diversidade humana, assim como contribuir na formação
300 dos técnicos da Rede de Saúde e Inter setorial de Campinas – SP e Região. Público atual •
301 Público atual: atende crianças, jovens e adultos com síndrome de Down e/ ou deficiência
302 intelectual, gestantes que receberam o diagnóstico de que seu bebê tem a síndrome de
303 Down, além de seus familiares, todos moradores de Campinas. • Público a ser atendido: A
304 proposta para esse convênio é manter atendimento à pessoa com deficiência intelectual
305 e/ou síndrome de Down, com ou sem co-morbidades, com possibilidade de ampliação dos
306 atendimentos para até 260 pessoas. Em caso de co-morbidades, a Fundação compartilhará
307 o caso com outros equipamentos de especialidade da rede de saúde. Síndrome de Down e
308 Deficiência • Síndrome de Down: é uma condição genética, alteração cromossômica que
309 causa deficiência intelectual. A SD é um modo de estar no mundo que demonstra a
310 diversidade humana. Determina características físicas específicas e atraso no
311 desenvolvimento. As pessoas, quando atendidas têm potencial para uma vida saudável e
312 plena inclusão social. No Brasil nasce uma criança com SD a cada 600 e 800 nascimentos.
313 (Fonte: diretriz de atenção à Saúde – MS). • Deficiência Intelectual: antigamente
314 denominada retardo mental, como uma capacidade reduzida de compreender informações
315 novas ou complexas e de aprender e aplicar novas habilidades. Ela é caracterizada,

316 essencialmente, por alterações, durante o período de desenvolvimento, das faculdades que
 317 determinam o nível global de inteligência, isto é, das funções cognitivas, de linguagem,
 318 habilidades motoras e capacidade social e que tem um efeito duradouro sobre o
 319 desenvolvimento. Pode acontecer acompanhada por outros transtornos mentais ou
 320 anomalias físicas ou mesmo ocorrer isoladamente, sendo o único sinal presente em uma
 321 determinada pessoa. (Fonte: OMS 2010). **Encaminhamentos.** São realizados por: • UBS •
 322 Distritos • Policlínica III • Agendamentos realizados via Sistema On Line (SOL) nas vagas
 323 de: -Reabilitação Intelectual -Apoio à vida adulta (> 16anos) - Gestação (síndrome de Down)

1. Procedimentos Ambulatoriais	Físico/ m�s	Financeiro/ m�s
Acompanhamento Neuropsicológico	905	R\$ 15.991,35
Acompanhamento Psicopedagógico	616	R\$ 10.884,72
At. / Ac. do Desenvolvimento Neuropsicomotor	1.139	R\$ 20.126,13
Consulta de Profissional de Nível Superior	35	R\$ 220,50
Consulta/ Atendimento Domiciliar na Atenção Especializada	5	R\$ 15,70
Atendimento em oficina terapêutica II	126	R\$ 3.180,24
Tele consulta por profissionais de nível superior na atenção especializada (exceto médico)	50	R\$ 315,00
	2.876	R\$ 50.733,64
Total	Total	Total

324

2. Capacitações e Matriciamento	Físico Semestral	Financeiro
Capacitações	6 (média mensal: 1)	R\$ 7.500,00 (1.250,00/ capacit)
Matriciamento	138 (média mensal: 23)	R\$ 172.500,00 (R\$ 1.250/ matricial)
Total	144 (média mensal: 24)	R\$ 180.000,00

325 **Fonte Federal:** PORTARIA N  875, DE 27 DE ABRIL DE 2016 que estabelece recursos do
 326 Bloco MAC a serem incorporados ao limite financeiro de M dia e Alta Complexidade do
 327 Estado de São Paulo e município de Campinas (SP). A Portaria Considera a Ata da Reunião
 328 Ordinária da Comissão Inter gestores Regional da RMC, de 4 de març o de 2016, que aprova

329 a inclusão do Serviço Fundação Síndrome de Down, situado no município de
330 Campinas(SP). (Será direcionado para as Metas Qualitativas – Anexo II)

				Teto MAC	Portaria 875 de 27/04/2016	Emenda Parlamentar
1ª. Parcela	Até R\$ 50.733,64	Até R\$ 30.000,00	Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 33.831,48	Até R\$ 264.565,12	
Demais Parcelas (2ª. a 18ª.).	Até R\$ 50.733,64	Até R\$ 30.000,00	Até R\$ 33.831,48	Até R\$ 114.565,12		
Total (18 meses)	Até R\$ 913.205,52	Até R\$ 540.000,00	Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 608.966,64	Até R\$ 2.212.172,16	
Parcelas	Federal	Municipal	Total	Teto MAC	Portaria 875 de 27/04/2016	Emenda Parlamentar
1ª. Parcela	Até R\$ 50.733,64	Até R\$ 30.000,00	Até R\$ 150.000,00	Até R\$ 33.831,48	Até R\$ 264.565,12	
Demais Parcelas (2ª. a 18ª.).	Até R\$ 50.733,64	Até R\$ 30.000,00	Até R\$ 33.831,48	Até R\$ 114.565,12		

331 **CONTRAPARTIDA:** R\$ 1.500,00/ mês. **Matriz de Indicadores – Anexo I** – Para os
332 repasses da 1ª. a 18 a. parcelas. Bloco Quantitativo - 60% do valor pré-fixado de fonte
333 federal - R\$ 68.739,08. Meta 1: Realizar 2.876 procedimentos ambulatoriais mensais,
334 conforme FPO do Plano de Trabalho - R\$ 50.733,64/ mês (fonte MAC). Meta 2: Ofertar
335 vagas SOL semanais aos distritos - R\$ 18.005,44/ mês (fonte municipal). Bloco Qualitativo –
336 40% do valor pré-fixado de fonte federal - R\$ 45.826,04. Meta 1: Apresentar relatórios
337 quadrimestrais de pesquisa junto aos familiares – R\$ 15.826,04 (fonte municipal) .Meta 2:
338 Apresentar listagem semestral com 6 capacitações – R\$ 1.250,00/ mês (fonte federal) . Meta
339 3: Apresentar listagem semestral com 138 matriciamento – R\$ 28.750,00/ mês (fonte
340 federal) **Total da Matriz Anexo I: R\$ 114.565,12. Matriz de Indicadores – Anexo II** – Para
341 o repasse da 1ª. Parcela. Bloco Único – 100% do valor pré-fixado de fonte federal (emenda
342 parlamentar) – R\$ 150.000,00. Meta 1: Entregar relatório quadrimestral dos
343 encaminhamentos - R\$ 25.000,00/ parcela única (fonte emenda parlamentar). Meta 2:
344 Entregar relatório quadrimestral com os grupos estruturados – R\$ 25.000/ parcela única
345 (fonte emenda parlamentar). Meta 3: Entregar relatório quadrimestral dos usuários inseridos
346 nos programas/ projetos da instituição – R\$ 25.000,00/ parcela única (fonte emenda
347 parlamentar). Meta 4: Entregar relatório quadrimestral com os PTSs elaborados para os

348 casos matriciados - R\$ 25.000/ parcela única (fonte emenda parlamentar). Meta 5: Entregar
349 relatório semestral das capacitações (detalhamento) – R\$ 25.000/ parcela única (fonte
350 emenda parlamentar). Meta 6: Entregar relatório semestral das matriciamento
351 (detalhamento) – R\$ 25.000/ parcela única (fonte emenda parlamentar). **Total da Matriz**
352 **Anexo II: R\$ 150.000,00. “Porque o amor não conta cromossomos. Nem como somos.**
353 **O amor conta o que realmente somos, de alma e coração”.** Crysgrer. Parecer do
354 Conselho Fiscal e o Sr. Roberto o apresenta: **PARECER DO CONSELHO FISCAL**
355 **SOBRE O CONVÊNIO ENTRE O FMS/SMS/PMC E A FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN**
356 **(PMC. 2020.00052565-70)**, do qual se destaca o seguinte trecho: “O Conselho Fiscal,
357 colocada em votação à recomendação a ser encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde
358 neste parecer, decidiu por unanimidade pela aprovação do convênio. Portanto, o Conselho
359 Fiscal, **RECOMENDA A APROVAÇÃO SEM RESSALVAS DO CONVÊNIO ENTRE O**
360 **FMS/SMS/PMC E A FUNDAÇÃO SÍNDROME DE DOWN (PMC. 2020.00052565-70);**
361 Destacando, para registro, que permanecem os seguintes pontos a serem considerados
362 pela PMC e CMS: 1. Indicação de que se façam os ajustes necessários para que o controle
363 social participe da comissão de acompanhamento dos convênios; e 2. Ênfase para a
364 importância de que a SMS avance no sentido de prestação de serviços próprios, com
365 trabalhadores concursados, e reduzindo as diferenças remuneratórias e de direitos
366 trabalhistas entre trabalhadores do SUS, sejam eles próprios ou de entidades conveniadas.
367 3. Recomendação da não utilização da desigualdade de remuneração como justificativa de
368 “economicidade” em pareceres e convênios. Sra. Eliana representante do convenio. Fala
369 que já tem 35 anos de criação é pioneira em Campinas, fundada pelos pais e depois
370 conveniada pelo SUS. Espera cumprir as metas contempladas pelo plano. **Sra. Suely** lê a
371 pergunta da Sra. Dekka no chat: “se existe algum programa para a pessoa com mais de 40
372 anos? E que não está inserida no mercado de trabalho? “**Abertas as Inscrições: Sr.**
373 **Roberto** fala da sua relação de carinho com fundação por trabalhar há mais de 40 anos na
374 rede sempre foi atendido nos seus encaminhamentos. **Sra Paula e Sra. Eliane** respondem
375 dizendo que não há nenhum empecilho em relação à idade desde que seja encaminhado
376 pela rede básica. A fundação tem uma equipe para avaliar no processo de trabalho dos
377 usuários através de entrevista, onde são verificadas as vagas no mercado de trabalho.
378 Também é oferecida capacitação para os que não estão aptos, tem também atelier de artes,
379 programa de lazer para convivência e inclusão. Em relação à economicidade a SMS não
380 está só olhando o recurso humano (salarial). Em **Regime de Votação** por Aclamação fica
381 **APROVADA** por unanimidade o convenio. Por falta de tempo regimental fica programado
382 para o próximo pleno a **6) Apresentação e Discussão da Avaliação dos Núcleos**

383 **Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB): o olhar e a voz de seus**
384 **trabalhadores; 8) Informes. Sra. Suely** agradece a presença de todos e encerra a reunião.
385 Eu **Maria Ivonilde Lúcio Vitorino**, lavro a presente ata que, após lida, discutida e votada
386 será arquivada e publicizada na página do Conselho Municipal de Saúde de Campinas.